



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
**Grupo Diretivo Campus Restinga - 2020**

**Parecer nº:** 01/2020

**Relatora:** Márcia Pereira Pedroso

**Data:** 30/03/2020

**Assunto:** INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 01 DE AGOSTO DE 2019, que estabelece a regulamentação do Grupo Diretivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Campus Restinga, no que se refere ao parágrafo único do artigo 13.

**Relato**

Trata-se de solicitação encaminhada pelo Grupo Diretivo para emissão de parecer sobre a [INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 01 DE AGOSTO DE 2019](#), que estabelece a regulamentação do Grupo Diretivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Campus Restinga, no que tange ao parágrafo único do artigo 13:

**Art. 13º** – As sessões (reuniões) do Grupo Diretivo serão fechadas, com participação exclusiva de seus membros, salvo para convidados da Presidência com conhecimentos especializados sobre os temas discutidos na ordem do dia.

**Parágrafo único.** Em caso de afastamentos dos membros titulares superiores à 30 dias, seus substitutos eventuais poderão participar das reuniões.

**Análise**

O Grupo Diretivo do Campus Restinga do IFRS, de caráter consultivo, é um órgão de apoio à Direção Geral possuindo a seguinte composição:

- I. Diretor/a Geral
- II. Diretor/a de Administração
- III. Diretor/a de Ensino
- IV. Coordenador/a de Assistência Estudantil



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
**Grupo Diretivo Campus Restinga - 2020**

- V. Coordenador/a de Desenvolvimento Institucional
- VI. Coordenador/a de Extensão
- VII. Coordenador/a de Gestão de Pessoas
- VIII. Coordenador/a de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
- IX. Coordenador/a de Tecnologia da Informação
- X. Representante da Assessoria de Comunicação Social, Cerimônia e Eventos
- XI. Representante das Coordenações de Cursos
- XII. Coordenador/a de Ensino

A escrita de sua composição indica que dele participam servidores públicos que “dirigem” (nos casos da Direção Geral, Direção de Administração ou Direção de Ensino), que “coordenam” (nos casos da Assistência, DI, Extensão, Gestão de Pessoas, Pesquisa, TI, Ensino) e que “representam” (nos casos da Assessoria de Comunicação e das Coordenações de Curso).

Esse formato prevê particularidades que podem distinguir dois públicos: os servidores que exercem funções gratificadas, que são participações no Grupo Diretivo em função de cargos nomeados pela Direção Geral; e das representações, que são participações que tanto no caso Assessoria de Comunicação, quanto do grupo de Coordenadores de Curso, podem ser indicações desses coletivos ou da Direção Geral, tendo em vista que não há previsão regimental da forma definição da participação destes últimos, ou seja: não está estabelecido na norma como as representações destes são definidas ou substituídas no Grupo Diretivo.

No caso das Funções Gratificadas que compõem o Grupo Diretivo, assim como as demais Funções Gratificadas de qualquer instituição pública, cumpre observar que estas são de livre nomeação e exoneração tendo como pré-requisitos como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, o que traduzindo seria o cumprimento das normas e prerrogativas legais de cada cargo/função, o atendimento aos usuários sem



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
**Grupo Diretivo Campus Restinga - 2020**

distinção, a clareza de critérios nas ações, transparência e o bom andamento dos serviços, além de preverem avaliação periódica de suas atribuições.

Conforme a Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, os servidores investidos em função de direção ou chefia e os ocupantes de cargos em comissão terão substitutos indicados no regimento interno ou, no caso de omissão, previamente designados pela autoridade competente.

O substituto assumirá automaticamente o exercício do cargo ou função de direção ou chefia nos afastamentos ou impedimentos regulamentares do titular e fará jus à gratificação pelo exercício da função de direção ou chefia, paga na proporção dos dias de efetiva substituição e assumindo a responsabilidade civil-administrativa que resulte de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho deste cargo ou função.

#### **Análise**

Conforme observa-se em legislação pertinente

- 1) Quaisquer servidores públicos que assumam funções gratificadas ou funções comissionadas, seja na forma titular, seja na forma de substituto ocasional, possuem para tal o aval de designação, conferido pela autoridade competente;
- 2) Quaisquer servidores públicos que assumam funções gratificadas ou funções comissionadas, seja na forma titular, seja na forma de substituto ocasional, receberão gratificação idêntica pelo exercício dessa função de direção ou chefia, paga na proporção dos dias de efetiva substituição e, portanto;
- 3) Quaisquer servidores públicos que assumam funções gratificadas ou funções comissionadas, seja na forma titular, seja na forma de substituto ocasional, assumem as responsabilidades civis-administrativas que resultem de ato ou de omissão praticada no desempenho deste cargo ou função pelo período em que a exerceu;



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
**Grupo Diretivo Campus Restinga - 2020**

**Parecer**

Não há amparo legal para diferenciação de servidores no exercício de mesma função gratificada ou cargo em comissão como, por exemplo, exigir a alguém o que não se exige de outrem ou vice-versa, já que as responsabilidades exercidas pelas funções gratificadas não estão a cargo de escolhas dos servidores que as ocupam, mas seguem regulamentações relativas à atribuições e competências destas funções e cargos.

Análises que levem em conta que determinado servidor público não cumpre requisitos para assumir determinadas responsabilidades previstas no escopo de função gratificada ou cargo em comissão, atingindo portanto, apenas parcialmente suas exigências, podem respaldar a autoridade competente para a sua não nomeação.

Esse mesmo fator não autoriza ao servidor o exercício diferenciado de um cargo ou função, ou à autoridade competente que o nomeou suficiente para ser seletiva em suas exigências, tendo em vista que, quaisquer diferentes servidores, que exerçam determinada função gratificada ou cargo em comissão, seja este exercício de forma titular ou como substituto eventual, receberão a mesma gratificação por este exercício.

Márcia Pereira Pedroso  
IFRS - Câmpus Restinga